



**SDCOM**

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL  
E INTERESSE PÚBLICO

# RELATÓRIO DECOM 2022

LEGISLAÇÃO

DADOS DE INVESTIGAÇÕES ORIGINAIS

DADOS DE REVISÕES DE FINAL DE PERÍODO

DADOS DE AVALIAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

DADOS DE APOIO AO EXPORTADOR

DADOS DE PROJETOS CONCLUÍDOS

DADOS DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E NEGOCIAÇÕES

DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL

## **FICHA TÉCNICA**

### **Autoridades**

#### **Geraldo Alckmin**

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

#### **Tatiana Prazeres**

Secretária de Comércio Exterior – SECEX)

#### **Rafaela Teixeira Vieira Noman**

Diretora de Defesa Comercial – DECOM

### **Redação e Organização**

Frank Henrique Pedrosa Carvalho

Zahra Faheina Gadelha

### **RELATÓRIO DECOM Nº 26 – 2022**

O RELATÓRIO DECOM é uma publicação do Departamento de Defesa Comercial (DECOM) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 408 - Brasília – DF - CEP 70053-900.

Tel: (61) 2027-7770 e 2027-7345 - E-mail: [decom@economia.gov.br](mailto:decom@economia.gov.br)

O RELATÓRIO DECOM está disponível em <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico>

As informações publicadas no RELATÓRIO DECOM podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

## **ESTRUTURA E ENDEREÇOS**

### **DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL**

Diretora: Rafaela Teixeira Vieira Noman

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, sala 408 - Brasília – DF - CEP 70053-900

E-mail: [sdcom@economia.gov.br](mailto:sdcom@economia.gov.br)

Tel.: (61) 2027-7770

### **CGSC – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Coordenadora-Geral: Amanda da Silva Fonseca Serra

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 415 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7998

### **CGSA - COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING, SALVAGUARDAS E APOIO AO EXPORTADOR**

Coordenador-Geral: Márcio Mota Fernandes Hissa

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 421 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-9306

### **CGMC – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

Coordenador-Geral: Daniel Fernandes Raphanelli

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 417 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7613

### **CGIP – COORDENAÇÃO-GERAL DE INTERESSE PÚBLICO**

Coordenadora-Geral: Zahra Faheina Gadelha

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 413 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7693

## Sumário

---

Índice de Tabelas .....	5
Índice de Figuras.....	5
Apresentação.....	6
Capítulo I – Legislação Brasileira de Defesa Comercial e Interesse Público .....	7
Competências em matéria de defesa comercial e interesse público .....	7
Legislação geral.....	7
Legislação sobre dumping .....	8
Legislação sobre subsídios .....	8
Legislação sobre salvaguardas .....	8
Legislação sobre interesse público .....	9
Capítulo II – Panorama Geral da Defesa Comercial no Brasil .....	11
Investigações Originais .....	11
Revisões de Final de Período .....	13
Avaliações de Interesse Público.....	16
2022 Em números.....	18
Capítulo III – Estatísticas Detalhadas de Defesa Comercial e Interesse Público .....	20
Capítulo IV – Apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial em outras jurisdições .....	38
Capítulo V – Outros projetos concluídos .....	46
Consolidação normativa .....	46
Publicação do #SDCOMMecum .....	47
Capítulo VI – Participações em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais.....	48

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Histórico das Petições (dumping, subsídios e salvaguardas) Analisadas (2005-2022) .....	21
Tabela 2 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente investigações originais) .....	22
Tabela 3 - Investigações contra práticas desleais(dumping e subsídios) e salvaguardas (somente revisões).....	23
Tabela 4 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (investigações originais e revisões).....	24
Tabela 5 - Medidas definitivas (dumping, subsídios e salvaguardas) aplicadas (1988-2022) .....	27
Tabela 6 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por país (1988-2022) .....	28
Tabela 7 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios), por origem, em vigor em 31/12/2022 .....	30
Tabela 8 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por segmento econômico (1988-2022) .....	31
Tabela 9 - Compromissos de preços homologados em vigor em 31/12/2022 .....	34
Tabela 10 - Extensões de medidas antidumping resultado de revisões anticircunvenção em vigor em 31/12/2022 .....	34
Tabela 11 - Verificações "in loco" na indústria nacional em 2022.....	35
Tabela 12 - Verificações "in loco" no exterior em 2022 .....	36
Tabela 14 - Casos em curso contra exportações brasileiras com atuação do DECOM em 2022 .....	40
Tabela 15 - Estoque de medidas de defesa comercial e outros procedimentos incidentes sobre exportações brasileiras .....	42

## Índice de Figuras

Figura 1 - Normativos de Defesa Comercial e Interesse Público.....	10
Figura 2 - Investigações originais: petições recebidas, investigações iniciadas e medidas aplicadas .....	12
Figura 3 - Decisão final das investigações originais .....	13
Figura 4 - Revisões de final de período: petições recebidas e medidas prorrogadas.....	14
Figura 5 - Decisão final nas revisões de final de período .....	15
Figura 6 - Impacto das decisões primárias de interesse público nas medidas de defesa comercial .....	17
Figura 7 - Decisões de defesa comercial e de interesse público.....	17
Figura 8 - Início de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2022) ..	25
Figura 9 - Encerramento de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2022).....	26
Figura 10 - Investigações iniciadas contra Práticas Desleais e Salvaguardas por Segmento Econômico (1988 – 2022).....	32
Figura 11 - Medidas aplicadas contra práticas desleais e salvaguardas por segmento econômico(1988 – 2021) ..	33

# Apresentação

Este é o 26º Relatório elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial – DECOM<sup>1</sup> da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC.

O Relatório SDCOM 2022 busca fornecer à sociedade um quadro completo sobre as ações realizadas ao longo do ano pela SDCOM, além de informações relativas ao histórico consolidado de suas atividades. Assim, o Relatório traz informações claras e precisas sobre defesa comercial e interesse público no Brasil, incluindo o quantitativo de processos conduzidos, de ações de apoio aos exportadores brasileiros que foram alvo de investigações no exterior e, ainda, da participação da Subsecretaria em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais nos quais se discutem e negociam as regras aplicáveis.

Desde 1995 a autoridade de defesa comercial no Brasil envia esforços para manter seus procedimentos, metodologias e práticas constantemente atualizados, alinhados às melhores referências internacionais e à jurisprudência multilateral. Seja por meio da participação em negociações multilaterais de regras, do acompanhamento de contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC), de atividades de cooperação técnica ou de seminários internacionais e nacionais, o DECOM está sempre engajado em aprimorar sua atuação.

A partir de 2019, além de conduzir processos de defesa comercial, o DECOM tornou-se o órgão responsável pela realização de avaliações de interesse público<sup>2</sup>. Dessa forma, por meio da Coordenação-Geral de Interesse Público – CGIP, o próprio DECOM passou a não apenas realizar as investigações de defesa comercial, mas também a conduzir as avaliações de interesse público, papel anteriormente desempenhado pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP) da CAMEX e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF).

Ao longo de 2022, o DECOM persistiu nos esforços de aprimoramento das metodologias e práticas relacionadas aos procedimentos de defesa comercial, com vistas a garantir maior transparência e previsibilidade a essas investigações, aumentando, dessa forma, a segurança jurídica dos usuários do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial e de Interesse Público. Essa modernização tem sido conduzida de forma participativa e transparente, por meio de consultas públicas e debates dentro do governo e com a sociedade.

Mais uma vez, portanto, os atores do comércio exterior brasileiro podem contar com uma fonte atualizada de pesquisa sobre a defesa comercial e interesse público no Brasil, e o DECOM espera que as informações disponibilizadas sejam de interesse e utilidade para os especialistas na área, para estudantes e para o público em geral.

---

<sup>1</sup> Com a entrada em vigor do Decreto nº 11.340, de 1º de janeiro de 2023, a antiga “Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público” passou a receber a designação de “Departamento de Defesa Comercial”.

<sup>2</sup> A partir de 30 de janeiro de 2019, com a entrada em vigor do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019.

# Capítulo I – Legislação Brasileira de Defesa Comercial e Interesse Público

## Competências em matéria de defesa comercial e interesse público

---

- Decreto Nº 11.340, de 01.01.2023 (D.O.U. 01.01.2023): Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

## Legislação geral

---

- Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 19.12.1994) – Aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.
- Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 – Promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais do GATT (novas versões do Acordo Antidumping, do Acordo sobre Subsídios e Direitos Compensatórios e do Acordo sobre Salvaguardas).
- Lei Nº 9.019, de 30.03.1995 (D.O.U. 31.03.1995), modificada pelo artigo 53 da Medida Provisória Nº 2.113, de 2011 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.
- LEI Nº 12.546 de 14.12.2011 (D.O.U. de 15.12.11) – Dispõe sobre a relação entre as investigações de defesa comercial e as regras de origem não preferenciais.
- Lei Nº 12.995, de 18.06.2014: Artigos 17, 18 e 19 (D.O.U. 20.06.2014) – Dispõe sobre o uso de meio eletrônico, a incorporação de documentos elaborados em idioma estrangeiro aos autos e a contagem de prazos nas investigações de defesa comercial.
- Decreto Nº 9.107, de 26.07.2017 (D.O.U. de 27.07.2017) – Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial.
- Portaria Secex Nº 162, de 6 de janeiro de 2022 (D.O.U. de 07/01/2022) - Dispõe sobre as normas gerais utilizadas nos processos de defesa comercial previstos nos Decretos nº 1.488,

de 11 de maio de 1995, nº 8.058, de 26 de julho de 2013, nº 9.107, de 26 de julho de 2017 e nº 10.839, de 18 de outubro de 2021, e nos acordos comerciais em vigor no Brasil.

## Legislação sobre dumping

---

- Acordo Antidumping, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 8.058, de 26.07.2013 (D.O.U. de 29.07.2013) - Regulamenta os procedimentos relativos à aplicação de medidas antidumping.
- PORTARIA SECEX Nº 171, de 09.02.2022 (D.O.U. de 10.02.2022) - Dispõe sobre as normas referentes a investigações antidumping previstas no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013

## Legislação sobre subsídios

---

- Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 15.12.1994) e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 10.839, de 18.10.2021 (D.O.U. 19.10.2021) - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias.
- PORTARIA SECEX Nº 172, de 14.02.2022 (D.O.U. 15.02.2022) – Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto nº 10.839, de 2021.
- RESOLUÇÃO CAMEX Nº 63, de 17.08.2010 (D.O.U. 18.08.2010) – Disciplina a extensão de medidas compensatórias de que trata o art. 10 – A da Lei Nº 9.019, de 1995.
- RESOLUÇÃO CAMEX Nº 25, de 05.05.2011 (D.O.U. de 06.05.2011), revoga o inciso IV do art. 2º da Resolução CAMEX Nº 63, de 17.08.2010.
- RESOLUÇÃO CAMEX Nº 64, de 09.09.2011 (D.O.U. de 12.09.2011) – Disciplina a cobrança retroativa de medidas compensatórias.

## Legislação sobre salvaguardas

---

- Acordo sobre Salvaguardas, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 15.12.1994) e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 1.488, de 11.05.1995 (D.O.U. de 12.05.1995) - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.



- DECRETO Nº 1.936, de 20.06.1996 (D.O.U. de 21.06.1996) - Altera dispositivos do Decreto Nº 1.488, de 1995, definindo que as medidas de salvaguarda serão aplicadas como elevação do imposto de importação.
- DECRETO Nº 2.667, de 10.07.1998 (D.O.U. de 13.07.1998) – Dispõe sobre o Regulamento Relativo à Aplicação de Medidas de Salvaguarda às Importações Provenientes de Países Não - Membros do Mercosul.
- PORTARIA SECEX Nº 169, de 25.01.2022 (D.O.U. de 26.01.2022) – Dispõe sobre as normas específicas dos procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.

## Legislação sobre interesse público

---

- PORTARIA SECEX Nº 13, de 29.01.2020 (D.O.U. de 30.01.2020) – Disciplina os procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial.
- Art. 9º do Acordo sobre a implementação do artigo VI do Acordo geral sobre tarifas e comércio 1994 - Disciplina as situações em que a medida antidumping poderá ser aplicada.
- Art. 19.2 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias – Imposição e Percepção de Direitos Compensatórios
- Art. 3.1 do Acordo sobre Salvaguardas
- Art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26/07/2013 - Disciplina as situações em que a medida antidumping poderá ser suspensa, não aplicada ou aplicada em valor diferente do recomendado por razões de Interesse Público.
- Art. 4º do Decreto nº 10.839, de 19/10/2021 - Disciplina as situações em que a medida compensatória poderá ser suspensa, não aplicada ou aplicada em valor diferente do recomendado por razões de Interesse Público.
- Art 1º do Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 - Disciplina as situações em que poderão ser aplicadas medidas de salvaguarda a um produto.

A este respeito, remete-se ao documento #SDCOMMecum, que consolida toda a normativa sobre defesa comercial e interesse público no Brasil.

**Figura 1 - Normativos de Defesa Comercial e Interesse Público**



# Capítulo II – Panorama Geral da Defesa Comercial no Brasil

## Investigações Originais

---

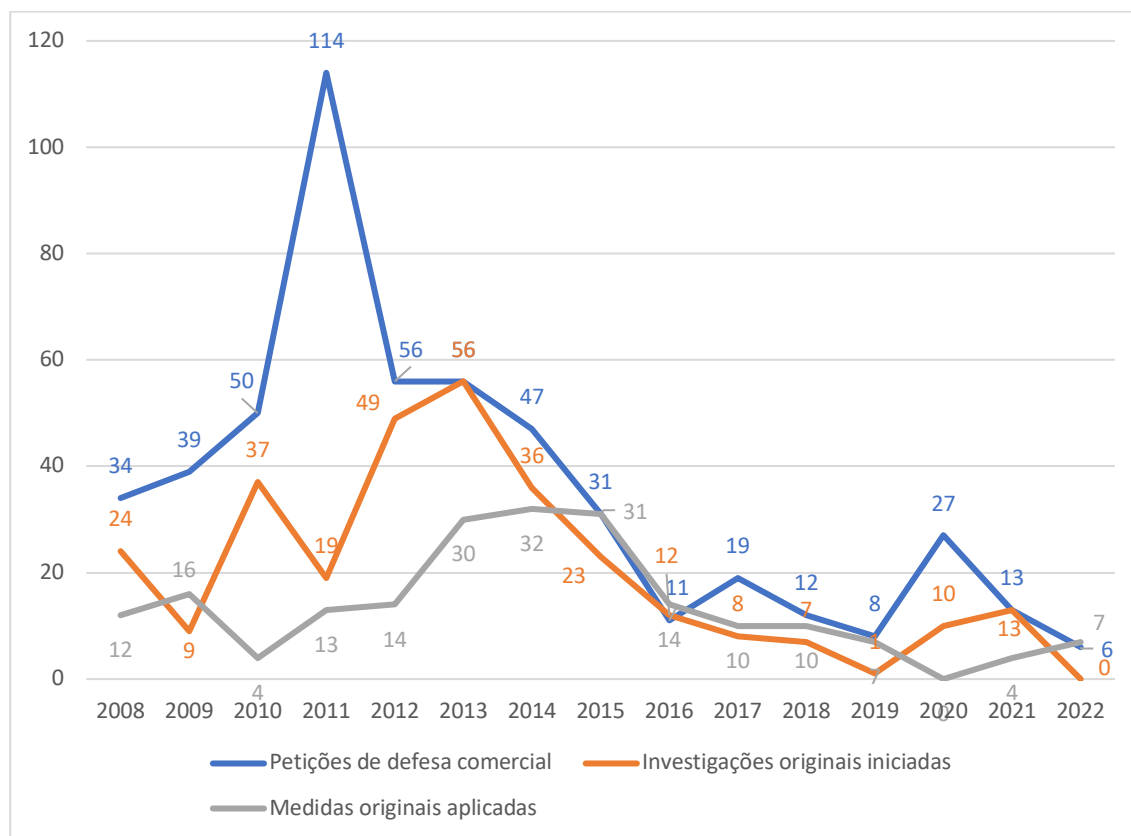
As investigações originais de defesa comercial, historicamente, são iniciadas mediante o recebimento de petição apresentada pela indústria doméstica. A partir de uma série histórica de 15 anos, é possível notar que no ano de 2011 o então DECOM recebeu o maior número de petições originais de defesa comercial, configurando o maior pico de demanda por defesa comercial na história brasileira. A demanda pelos instrumentos permaneceu alta entre 2012 e 2014, mas com tendência de queda, o que ficou evidenciado pela redução das petições originais entre 2015 e 2019. Apesar do breve aumento das petições originais em 2020, nos anos de 2021 e 2022 observa-se uma tendência de queda no número de petições originais.

Uma vez apresentada a petição, cabe à autoridade investigadora analisar a existência ou não de indícios de elementos que configurem os pré-requisitos necessários para o início de uma investigação. Como consequência especialmente da redução no número de petições de investigações originais recebidas, em 2022 não foram iniciadas novas investigações originais.

Finalmente, após o início das investigações originais, e após a instrução processual, caso sejam apresentadas evidências que justifiquem a entrada em vigor da medida de defesa comercial, haverá a sua respectiva aplicação. Assim, no que se refere às medidas originais aplicadas, o pico de petições de 2011 e o seu derivado aumento no número de investigações iniciadas em 2012 e 2013 tiveram por consequência o pico histórico de aplicações de medidas originais entre 2013 e 2015. Da mesma forma, a demanda alta pelas investigações originais entre 2012 e 2014 refletiu em um número ainda elevado de aplicações em 2015 e 2016.

Por outro lado, a redução no número de petições originais recebidas a partir de 2016 resultou na redução do número de investigações iniciadas, o quê, consequentemente, reduziu a quantidade de novas medidas aplicadas. Vale ressaltar, nesse sentido, que as investigações originais de defesa comercial têm duração de até 18 meses, razão pela qual há um diferimento das decisões no tempo. Dessa forma, com o aumento no número de petições registrado em 2020 e um número maior de investigações iniciadas em 2020 e 2021, houve um novo aumento de aplicações de medidas originais em 2022.

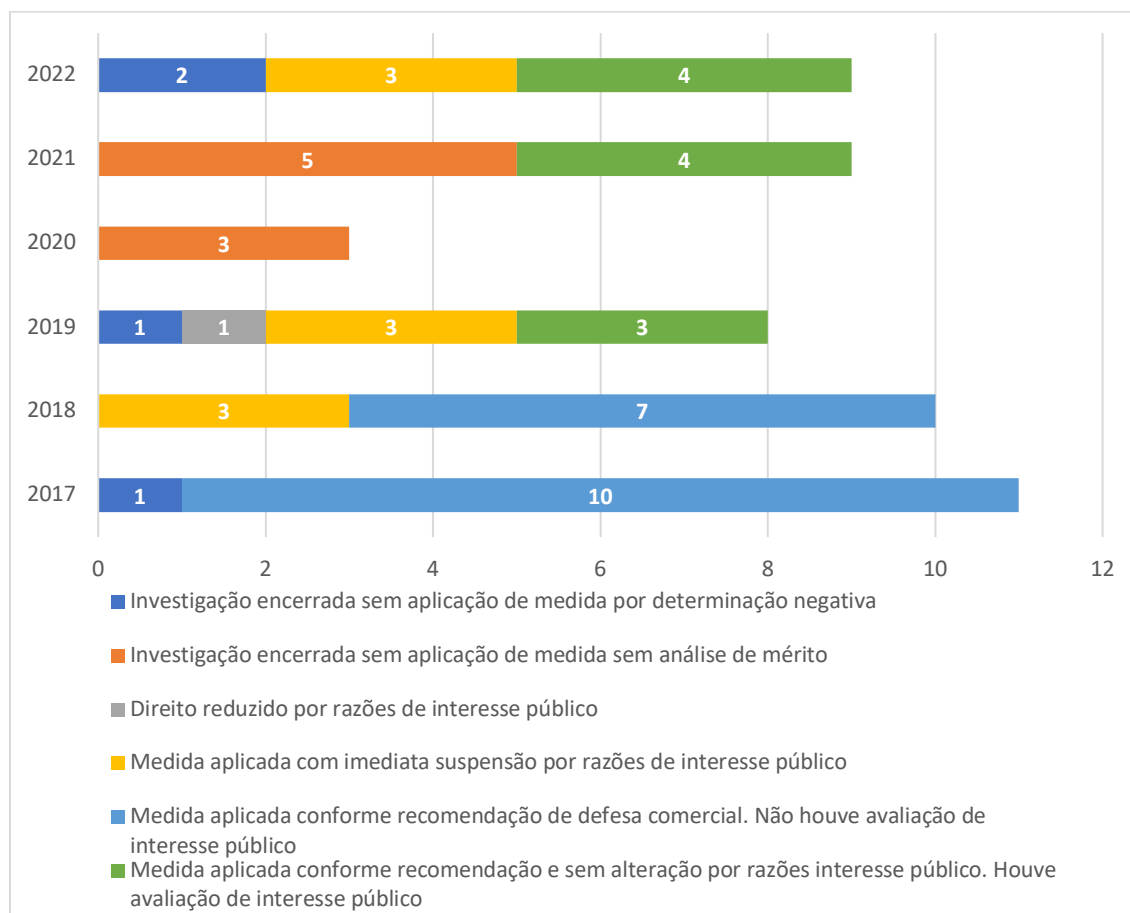
**Figura 2 - Investigações originais: petições recebidas, investigações iniciadas e medidas aplicadas**



Nota-se, portanto, que há uma correlação entre a quantidade de petições apresentadas, a quantidade de investigações iniciadas e a quantidade de aplicações de medidas de defesa comercial realizadas pelo Brasil, de modo que a demanda do setor privado pela atuação dos instrumentos é o elemento basilar para que seja realizada a análise técnica pela SDCOM.

Tomando-se como referência o número total de investigações originais concluídas em cada um dos anos mais recentes, pode-se observar na figura a seguir quais foram os seus respectivos resultados. Em 2022 foram concluídas 9 investigações originais, das quais 4 (44%) foram encerradas com a aplicação da medida de defesa comercial, 3 (33%) encerradas com a aplicação da medida, porém com suspensão por interesse público imediatamente após sua aplicação e 2 (22%) foram encerradas sem aplicação da medida.

**Figura 3 - Decisão final das investigações originais**

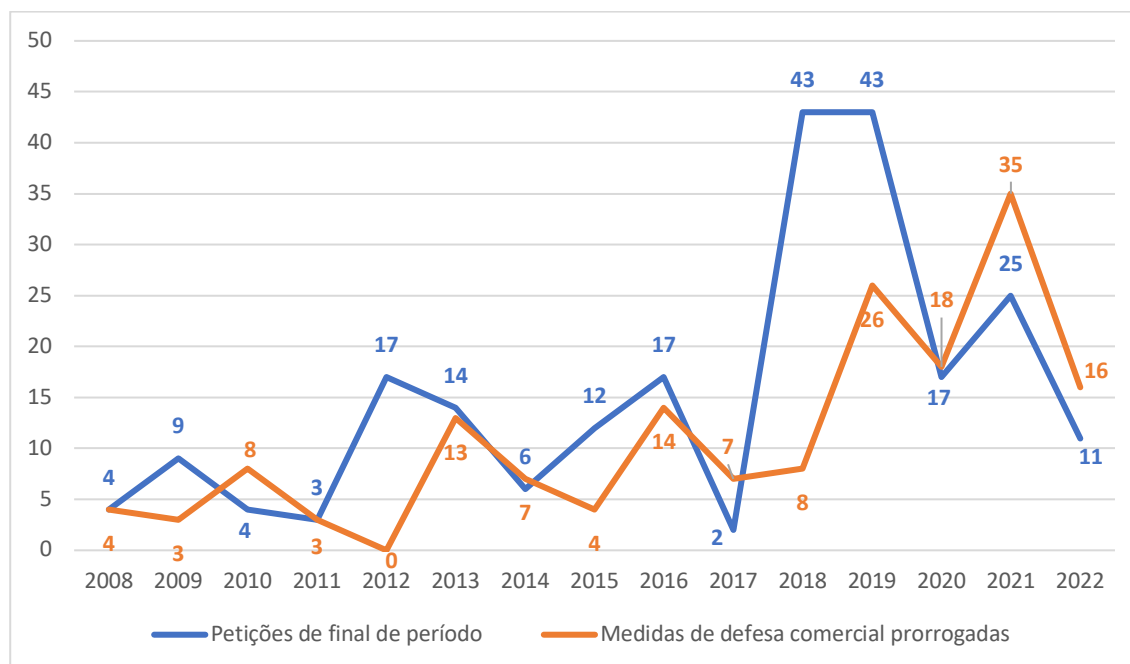


## Revisões de Final de Período

No que se refere às revisões de final de período das medidas antidumping em vigor, constata-se um reflexo das aplicações de medidas originais, descritas no item anterior. O pico de petições de 2011 se refletiu no aumento das investigações originais iniciadas em 2012-2013 e, consequentemente, no pico de aplicações de medidas entre 2013 e 2015. Considerando a vigência, em geral, de 5 anos da medida, o pico de petições de revisão de final de período ocorreu no período entre 2018 e 2019.

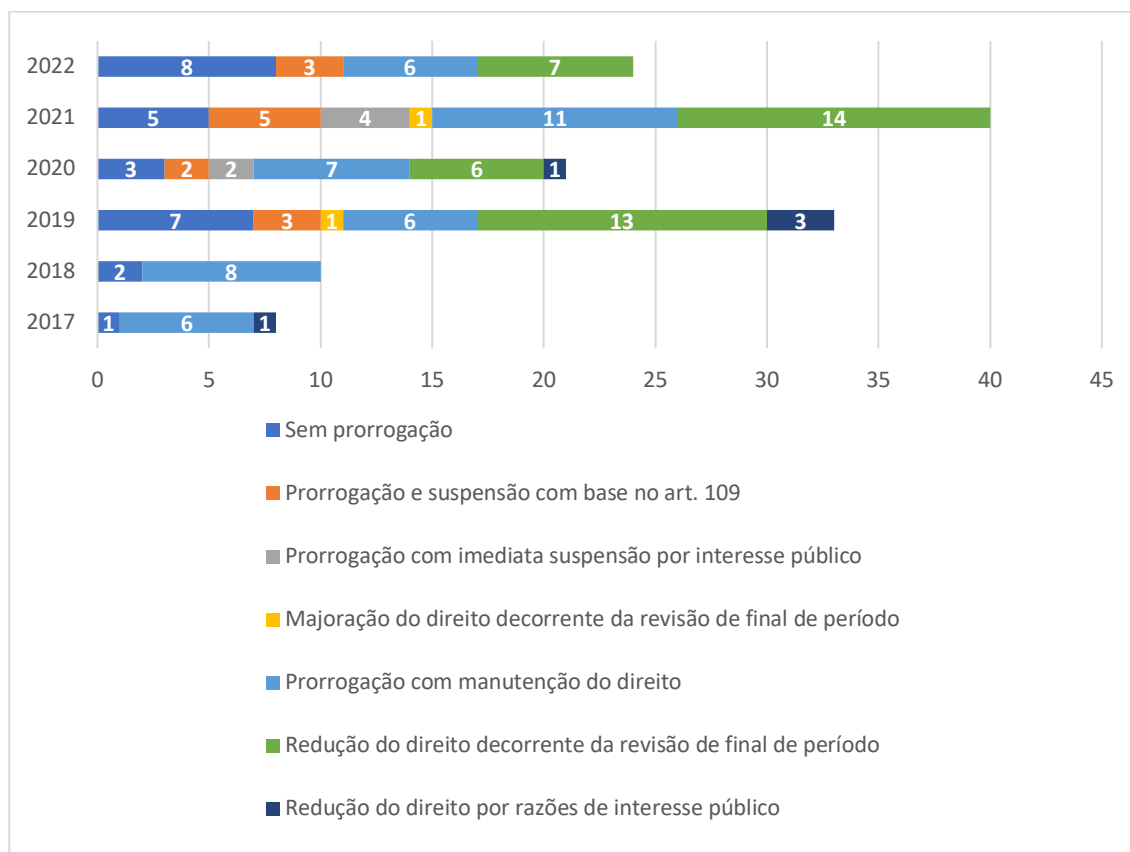
Considerando que um processo de revisão de final de período possui duração de 10 a 12 meses, o pico de decisões sobre prorrogações de medidas de defesa comercial ocorreu entre os anos de 2019 e 2021. Por sua vez, em 2022 foram registradas quedas tanto no número de petições de revisão quanto no número de medidas prorrogadas, decorrentes, em especial, do maior período transcorrido em relação aos picos de aplicações anteriores.

**Figura 4 - Revisões de final de período: petições recebidas e medidas prorrogadas**



Ao analisar os tipos de recomendações finais alcançadas pela SDCOM nas revisões de final de período encerradas em 2022, nota-se que: 7 (29%) medidas foram prorrogadas com redução do direito vigente em decorrência dos cálculos realizados na revisão de final de período; 6 (25%) medidas foram prorrogadas sem alterações; 3 (12%) medidas foram prorrogadas com imediata suspensão com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013; e 8 (33%) revisões foram encerradas sem a prorrogação da medida.

**Figura 5 - Decisão final nas revisões de final de período**



## Avaliações de Interesse Público

---

Em 2019, quando a avaliação de interesse público passou a ser conduzida pela Coordenação-Geral de Interesse Público, foram proferidas 13 decisões, sendo 11 primárias e 2 subsequentes<sup>3</sup>. Dentre as 11 decisões primárias, 7 geraram impacto na medida de defesa comercial (64%) e 4 não geraram impacto, dada manutenção da recomendação obtida via análise de defesa comercial (36%).

Em 2020 foram proferidas 28 decisões, sendo 18 primárias e 10 subsequentes. Dentre as 18 decisões primárias, 5 geraram impacto na medida de defesa comercial (28%) e 13 não geraram impacto, dada manutenção da recomendação obtida via análise de defesa comercial (72%).

Em 2021 foram proferidas 35 decisões, sendo 30 primárias e 5 subsequentes. Dentre as decisões primárias, 1 gerou impacto na medida de defesa comercial (3%) e 29 não geraram impacto, dada manutenção da recomendação obtida via análise de defesa comercial (97%).

Por sua vez, em 2022 foram 26 decisões de interesse público, sendo 23 primárias e 3 subsequentes. Dentre as decisões primárias, 2 (9%) geraram impacto em medidas de defesa comercial (suspensão da medida) e 21 (91%) não geraram impacto.

Nota-se, portanto, que apesar de haver um aumento no número absoluto de decisões que tiveram análises concomitantes de interesse público (35 em 2021 e 26 no total em 2022), quando se analisa o resultado dessas decisões (1 intervenção em 2021 e 2 em 2022), é possível perceber que há um aumento na racionalidade no uso de intervenções fundamentadas na cláusula de interesse público em defesa comercial no Brasil, refletindo a esperada excepcionalidade de seu uso, conforme arcabouço normativo vigente.

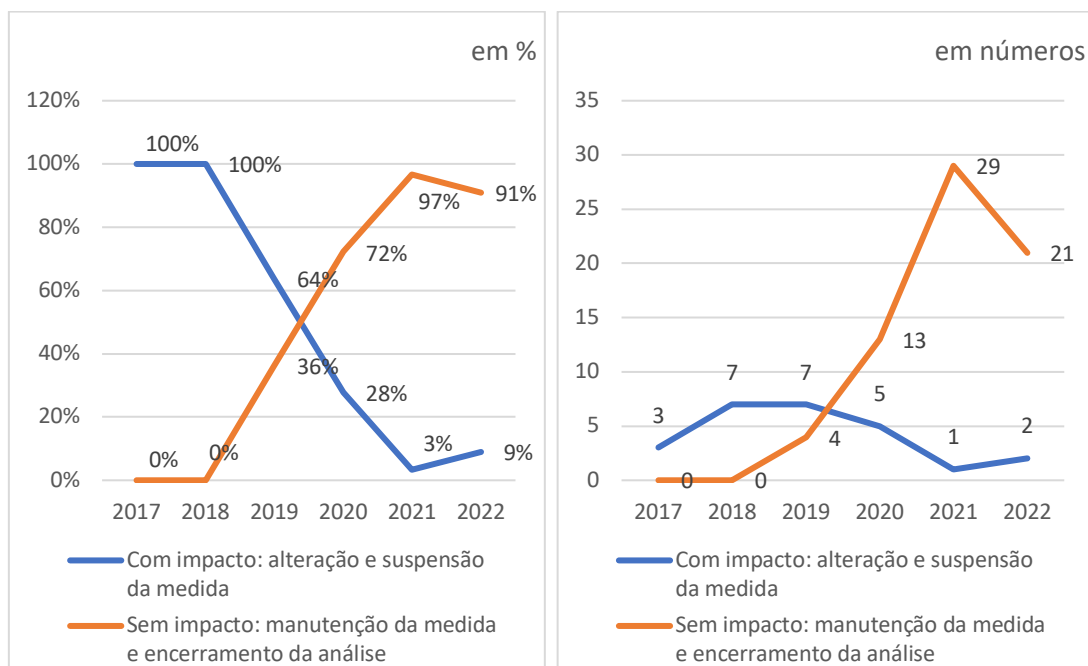
Registre-se, ainda, que as avaliações e decisões, quando existentes, estão sendo proferidas em sede de processos administrativos, nos quais há a garantia do contraditório e da ampla defesa, bem como isonomia entre todas as partes interessadas envolvidas. Houve, portanto, incremento relevante em termos de transparência, previsibilidade e segurança jurídica nesses tipos de avaliações.

---

<sup>3</sup> Decisões primárias são aquelas na qual se decide pela existência ou não de interesse público, resultando em sua suspensão, alteração ou manutenção. Decisões subsequentes, por sua vez, são aquelas decorrentes de uma reanálise da decisão primária anterior que concluiu pela suspensão ou pela alteração da medida de defesa comercial (art. 3º do Decreto 8.058/2013: Art. 3º Em circunstâncias excepcionais, o Conselho de Ministros poderá, em razão de interesse público: I - suspender, por até um ano, prorrogável uma única vez por igual período, a exigibilidade de direito antidumping definitivo, ou de compromisso de preços, em vigor; § 2º Os direitos antidumping ou os compromissos de preços serão extintos ao final do período de suspensão previsto no inciso I do caput, caso não tenham sido reaplicados nos termos do § 1º ou caso o ato de suspensão não estabelecer expressamente a reaplicação ao final do período de suspensão.).

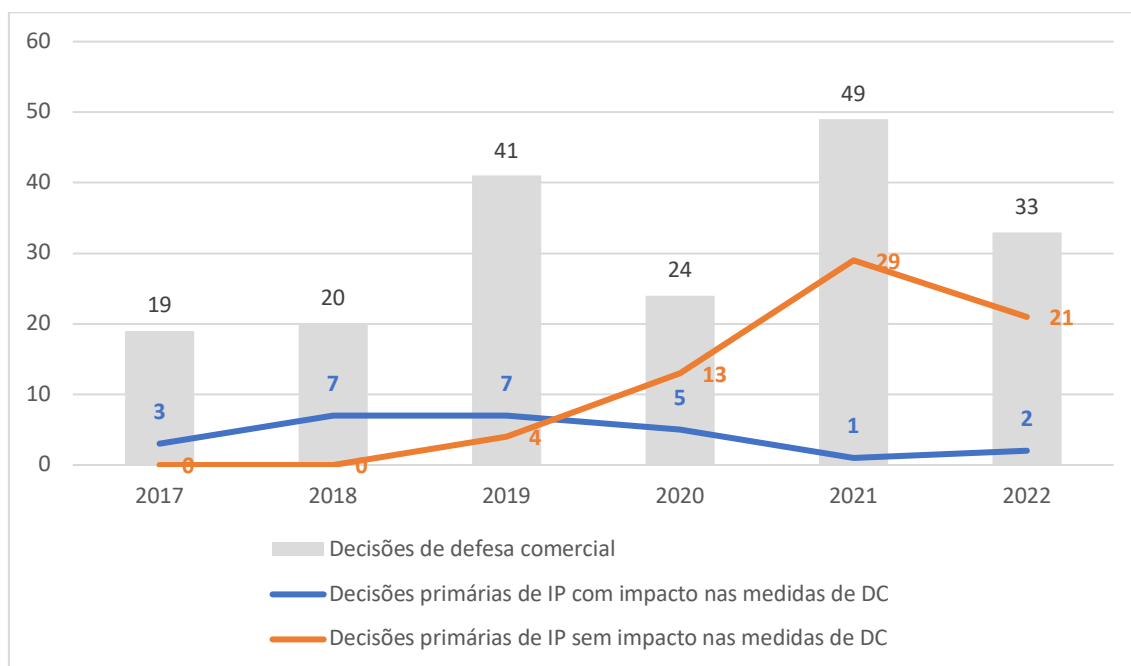


**Figura 6 - Impacto das decisões primárias de interesse público nas medidas de defesa comercial**



Ademais, quando se compara o total de decisões finais de defesa comercial com o total de decisões finais de interesse público nessa mesma série histórica, nota-se que a quantidade de decisões de interesse público com impacto nas investigações de defesa comercial tem sido cada vez mais diminuto em relação ao número de decisões de defesa comercial adotadas pela SDCOM. Observe-se que das 23 decisões primárias de interesse público em 2022, apenas duas geraram impacto em medidas de defesa comercial.

**Figura 7 - Decisões de defesa comercial e de interesse público**



No que se refere às decisões subsequentes em interesse público, em 2022 das 3 decisões do tipo proferidas pela SDCOM, duas foram referentes à extinção do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de fenol originárias de EUA e União Europeia e uma à suspensão do direito aplicado às importações de seringas descartáveis, originárias da China.

Analisando o estoque de medidas de defesa comercial da SDCOM, observa-se que, em 31/12/2022, existiam 142 medidas de defesa comercial em vigor, das quais apenas 5 (3,5%) encontram-se suspensas e 2 (1,4%) alteradas por interesse público.

Nota-se, portanto, melhorias na transparência e previsibilidade, diante da existência de critérios objetivos e técnicos, bem como de janelas processuais claras para apresentação de questionários e evidências, além do aumento da segurança jurídica, diante da consistência metodológica e da garantia de contraditório e ampla defesa, com isonomia e democracia processual nos autos. Assim, transparência, previsibilidade e segurança jurídica seguem sendo pilares basilares constantemente aprimorados para a boa governança da defesa comercial brasileira.

## 2022 Em números

Entre janeiro e dezembro de 2022, 23 investigações (quando contabilizadas pelo binômio produto x país) foram encerradas com aplicação ou prorrogação da medida de defesa comercial.

Destas, 7 se referem à aplicação de medidas decorrentes de investigações originais. As 16 investigações restantes referem-se à prorrogação de medidas decorrentes de revisão de final de período, sendo que 6 foram prorrogadas com manutenção do direito; 7 com redução do direito conforme recomendação de defesa comercial; e 3 com prorrogação com imediata suspensão do direito com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Além disso, 10 investigações foram encerradas sem aplicação ou prorrogação da medida de defesa comercial, sendo 2 investigações originais e 8 revisões de final de período. Ademais, 1 medida expirou por falta de apresentação de petição de revisão de final de período por parte da indústria doméstica.

No que se refere às demais decisões de interesse público, 1 medida teve sua suspensão prorrogada por razões de interesse público. Ainda foram extintas 2 medidas de defesa comercial por razões de interesse público.

<b>1. Encerramento de investigações de defesa comercial e de avaliações de interesse público</b>	<b>Contagem por investigação</b>	<b>Contagem por processo</b>
<b>Com aplicação/prorrogação de medida de defesa comercial</b>	<b>23</b>	<b>17</b>
• <b>Original</b>		
○ Aplicação conforme recomendação e sem alteração por razões interesse público	<b>4</b>	<b>3</b>
○ Direito reduzido por razões de interesse público	<b>0</b>	<b>0</b>

○ Aplicação com imediata suspensão por razões de interesse público	<b>3<sup>4</sup></b>	<b>2</b>
• <b>Revisão</b>		
○ Com manutenção do direito conforme recomendação de defesa comercial (inexistente avaliação de interesse público)	<b>3</b>	<b>3</b>
○ Com manutenção do direito conforme recomendação e sem alteração por razões de interesse público (existente avaliação de interesse público)	<b>3</b>	<b>3</b>
○ Com alteração do direito decorrente da revisão de final de período		
▪ Majoração do direito	0	0
▪ Redução do direito	7	6
○ Com redução do direito por razões de interesse público	<b>0</b>	<b>0</b>
○ Prorrogação com imediata suspensão do direito por razões de interesse público	<b>0</b>	<b>0</b>
○ Prorrogação com imediata suspensão do direito com base no art. 109 do D. 8.058/13	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Sem aplicação/prorrogação de medida por determinação negativa</b>	<b>10</b>	<b>7</b>
• <b>Original</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
• <b>Revisão (extinção)</b>	<b>8</b>	<b>5</b>

## 2. Outras decisões por razões de interesse público

	Contagem por investigação	Contagem por processo
Suspensão de medidas de defesa comercial em vigor por razões de interesse público (em decorrência de avaliações conduzidas após a aplicação/prorrogação da medida de defesa comercial)	<b>0</b>	<b>0</b>
Prorrogação da suspensão de medidas de defesa comercial por razões de interesse público	<b>1</b>	<b>1</b>
Extinção de medidas por razões de interesse público		
• Após 1 ano de suspensão	0	0
• Após 2 anos de suspensão	2	1
Reaplicação de medida de defesa comercial, após suspensão por razões de interesse público	<b>0</b>	<b>0</b>
Encerramento de avaliações de interesse público relacionadas a medidas em vigor com manutenção da medida de defesa comercial	<b>0</b>	<b>0</b>

## 3. Outras decisões de defesa comercial

	Contagem por investigação*	Contagem por processo*
Encerramento de revisões anticircunvenção, de novo exportador e de restituição	<b>0</b>	<b>0</b>
Encerramento de avaliações de escopo	<b>0</b>	<b>0</b>
Extinção de medidas por falta de revisão de final de período	<b>1</b>	<b>1</b>

<sup>4</sup> Destas, 2 suspensões são decorrentes de recomendação da SDCOM e 1 decorrente de recomendação do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX)

# Capítulo III – Estatísticas Detalhadas de Defesa Comercial e Interesse Público

Devido à extensão do histórico da Defesa Comercial no Brasil alguns dados são fornecidos em arquivo apartado. O formato de apresentação, em tabela do Excel, permite a utilização de filtros e realização de consultas de forma mais prática. No arquivo auxiliar, constam os anexos a seguir:

- Anexo 1 - Histórico das Investigações Antidumping por Produto e País (1988 - 2022)
- Anexo 2- Histórico das Investigações de Medidas Compensatórias (1988 – 2022)
- Anexo 3 - Histórico das Investigações de Salvaguardas (1988 - 2022)
- Anexo 4 – Histórico das investigações de Salvaguardas Preferenciais (1988 – 2022)<sup>5</sup>
- Anexo 5 – Medidas de Defesa Comercial em Vigor em 31/12/2022
- Anexo 6 - Histórico das Avaliações de Interesse Público (1995 – 2022)

As tabelas e gráficos abaixo apresentam o histórico das ações de defesa comercial ao longo dos anos e demonstram, entre outros itens, o histórico das petições analisadas, investigações originais e revisões de final de período conduzidas pelo DECOM, medidas de defesa comercial aplicadas por país e verificações *in loco* executadas.

Adicionalmente, tendo em vista o compromisso do DECOM com a transparência, foram disponibilizadas no Portal de Dados Abertos do Governo Federal as bases de dados completas utilizadas pela subsecretaria para a confecção deste e de outros relatórios sobre defesa comercial e interesse público. As bases também podem ser acessadas diretamente a partir dos links:

- [Base de dados de Defesa Comercial](#)
- [Base da dados de Interesse Público](#)

---

<sup>5</sup> Observe-se que as salvaguardas preferenciais são apresentadas em quadro separado das salvaguardas gerais pois enquanto a base normativa das salvaguardas gerais é o artigo XIX do GATT e o Acordo de Salvaguardas da OMC, as salvaguardas preferenciais são baseadas em acordos comerciais firmados pelo Brasil.

**Tabela 1 - Histórico das Petições (dumping, subsídios e salvaguardas) Analisadas (2005-2022)**

Ano	Petições			Investigações iniciadas			Indeferidas			Retiradas			Em análise		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
2005	53	0	2	19	0	1	10	0	1	24	0	0	N/A		
2006	34	2	13	20	1	0	3	1	1	11	0	12			
2007	30	1	2	20	0	1	8	0	0	2	1	1			
2008	40	0	1	25	0	0	11	0	1	4	0	0			
2009	46	1	1	28	0	1	16	0	0	2	1	0			
2010	53	3	2	40	0	0	5	1	0	8	2	2			
2011	120	3	5	50	3	1	18	0	2	52	0	2			
2012	69	3	1	46	3	0	7	0	0	16	0	1			
2013	71	0	1	45	0	0	8	0	0	18	0	1			
2014	52	1	0	41	1	0	5	0	0	6	0	0			
2015	45	0	0	43*	0	0	0	0	0	4	0	0			
2016	29	1	0	25	1	0	0	0	0	4	0	0			
2017	25	1	0	12	1	0	10	0	0	3	0	0			
2018	59	0	0	43	0	0	10	0	0	6	0	0			
2019	53	0	1	45	0	1	6	0	0	2	0	0			
2020	40	4	0	29	3	0	10	1	0	1	0	0			
2021	38	0	0	22	0	0	8	0	0	0	0	0			
2022	17	0	0	8	0	0	3	0	0	0	0	0	6		
TOTAL	874	20	29	548	11	5	136	2	5	162	4	19	6	0	0
Total geral	923			564			143			185			6		

D Dumping

S Subsídios

SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

\* Em 2015, foram iniciadas 2 investigações de ofício, por meio da inclusão de nova origem no contexto de 2 petições recebidas. Por essa razão, o número de petições recebidas no citado ano é inferior ao somatório dos totais de investigações iniciadas, petições indeferidas e petições retiradas em 2015.

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem não apenas investigações originais, como também revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Nota explicativa 2: O quadro se refere ao destino das petições protocoladas em cada ano, independentemente de o início da investigação, indeferimento ou retirada da petição acontecerem no mesmo ano do seu protocolo.

Nota explicativa 3: A coluna “em análise” registra apenas quantas petições ainda se encontram em análise em 31 de dezembro do último ano da série histórica.

**Tabela 2 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente investigações originais)**

Ano	Início			Determinação preliminar			Direito Provisório			CONCLUSÃO											
										Medida Definitiva											
										Compromisso de Preço			Com Aplicação de direito			Com aplicação de direito E compromisso de preço			Sem Aplicação de direito		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
1988	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	9	2	0	2	0	0	2	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
1992	8	2	0	6	2	0	6	2	0	0	0	0	7	1	0	0	0	0	0	1	0
1993	28	2	0	11	0	0	11	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	3	0	0
1994	9	7	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	21	2	0
1995	5	0	0	2	6	0	2	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	8	1	0
1996	17	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	6	0	0	0	0	0	3	1	0
1997	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	5	0	0
1998	20	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	8	0	0
1999	18	0	0	9	0	0	9	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	1	0	0
2000	8	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	8	0	0
2001	17	1	1	1	0	0	0	0	0	4	0	0	7	0	0	2	0	0	7	0	0
2002	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0	0	12	1	0
2003	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4	0	0
2004	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0	0	0	0	6	0	0
2005	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0
2006	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0
2007	13	1	0	7	0	0	5	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	2	0	0
2008	23	0	1	9	0	0	9	0	0	0	0	0	9	1	0	2	0	0	2	0	0
2009	9	0	0	7	0	0	7	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	6	0	1
2010	37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	3	0	0
2011	16	3	0	13	0	0	12	0	0	0	0	0	10	0	0	3	0	0	14	0	0
2012	47	1	1	3	0	0	3	0	0	0	0	0	13	0	0	1	0	0	17	3	1
2013	54	2	0	7	0	0	6	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	13	0	0
2014	35	1	0	56	0	0	20	0	0	0	0	0	29	0	0	3	0	0	9	3	0
2015	23	0	0	17	1	0	4	0	0	0	0	0	31	0	0	0	0	0	24	0	0
2016	11	1	0	14	0	0	4	0	0	0	0	0	13	1	0	0	0	0	4	0	0
2017	7	1	0	8	1	0	3	0	0	0	0	0	7	0	0	3	0	0	1	0	0
2018	7	0	0	8	1	0	3	0	0	0	0	0	9	1	0	0	0	0	0	0	0
2019	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	0	0	0	0	1	0	0
2020	9	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1
2021	11	2	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	5	0	0
2022	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	0	5	2	0	0	0	0	2	0	0
Total	497	27	5	211	11	1	113	8	1	6	0	0	274	15	2	14	0	0	201	12	3
Total Geral	529			223			122			6			291			14			216		

D Dumping  
S Subsídios  
SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a investigação correspondente foi iniciada.

**Tabela 3 - Investigações contra práticas desleais(dumping e subsídios) e salvaguardas (somente revisões)**

Ano	Início			Determinação preliminar			CONCLUSÃO											
							Medida Definitiva											
							Compromisso de Preço			Com Aplicação de direito			Com aplicação de direito e compromisso de preço			Sem Aplicação de direito		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
1988	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1993	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1994	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1997	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1998	2	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0
1999	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
2000	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
2002	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	11	0	1	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	1	0	0
2004	5	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	1	0	0
2005	7	0	0	2	0	0	2	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	11	0	1	2	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0
2007	5	0	0	1	0	0	1	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	5	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0
2009	9	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0
2010	3	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	1	0	0
2011	6	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0
2012	16	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0
2013	11	0	0	1	0	0	1	0	0	12	0	0	0	0	0	7	0	0
2014	9	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	1	0	0
2015	15	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	1	0	0
2016	12	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0	2	0	0
2017	10	0	0	2	0	0	0	0	0	6	0	0	2	0	0	1	0	0
2018	33	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	2	0	0
2019	35	0	0	3	0	0	0	0	0	26	0	0	0	0	0	7	0	0
2020	24	1	0	7	0	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	3	0	0
2021	24	0	0	0	0	0	0	0	0	34	1	0	0	0	0	5	0	0
2022	15	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	8	0	0
Total	286	1	4	20	0	0	4	0	0	217	1	4	2	0	0	49	0	0
Total Geral	291			20			4			222			2			49		

D Dumping  
S Subsídios  
SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem apenas as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Nota explicativa 2: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a revisão correspondente foi iniciada.

**Tabela 4 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (investigações originais e revisões)**

Ano	Início			Determinação preliminar			Direito Provisório			CONCLUSÃO											
										Medida Definitiva											
										Compromisso de Preço			Com Aplicação de direito			Com aplicação e compromisso			Sem Aplicação de direito		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
1988	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	9	2	0	2	0	0	2	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
1992	8	2	0	6	2	0	6	2	0	0	0	0	7	1	0	0	0	0	0	1	0
1993	28	2	0	11	0	0	11	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	3	0	0
1994	10	7	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	21	2	0
1995	5	0	0	2	6	0	2	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	8	1	0
1996	17	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	6	0	0	0	0	0	4	1	0
1997	15	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	5	0	0
1998	22	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	9	0	0
1999	18	0	1	9	0	0	9	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0	0	2	0	0
2000	10	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	8	0	0
2001	18	1	1	1	0	0	0	0	0	4	0	0	10	0	0	2	0	0	7	0	0
2002	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0	0	12	1	0
2003	17	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	1	0	0	0	5	0	0
2004	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1	0	0	0	0	7	0	0
2005	13	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	9	0	0	0	0	0	3	0	0
2006	23	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	6	0	0
2007	18	1	0	8	0	0	5	0	0	1	0	0	19	0	0	0	0	0	2	0	0
2008	28	0	1	9	0	0	9	0	0	0	0	0	13	1	0	2	0	0	3	0	0
2009	18	0	1	7	0	0	7	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	9	0	1
2010	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	1	0	0	0	4	0	0
2011	22	3	0	13	0	0	12	0	0	0	0	0	13	0	0	3	0	0	15	0	0
2012	63	1	1	3	0	0	3	0	0	0	0	0	17	0	0	1	0	0	18	3	1
2013	65	2	0	8	0	0	6	0	0	1	0	0	42	0	0	0	0	0	20	0	0
2014	44	1	0	56	0	0	20	0	0	0	0	0	39	0	0	3	0	0	10	3	0
2015	38	0	0	18	1	0	4	0	0	0	0	0	36	0	0	0	0	0	25	0	0
2016	23	1	0	14	0	0	4	0	0	0	0	0	28	1	0	0	0	0	6	0	0
2017	17	1	0	10	1	0	3	0	0	0	0	0	13	0	0	5	0	0	2	0	0
2018	40	0	0	8	1	0	3	0	0	0	0	0	17	1	0	0	0	0	2	0	0
2019	36	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	32	1	0	0	0	0	8	0	0
2020	33	1	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	6	0	1
2021	35	2	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	38	1	0	0	0	0	10	0	0
2022	15	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	0	21	2	0	0	0	0	10	0	0
Total	783	28	9	231	11	1	113	8	1	10	0	0	491	14	6	16	0	0	250	12	3
Total Geral	820			243			122			10			511			16			265		

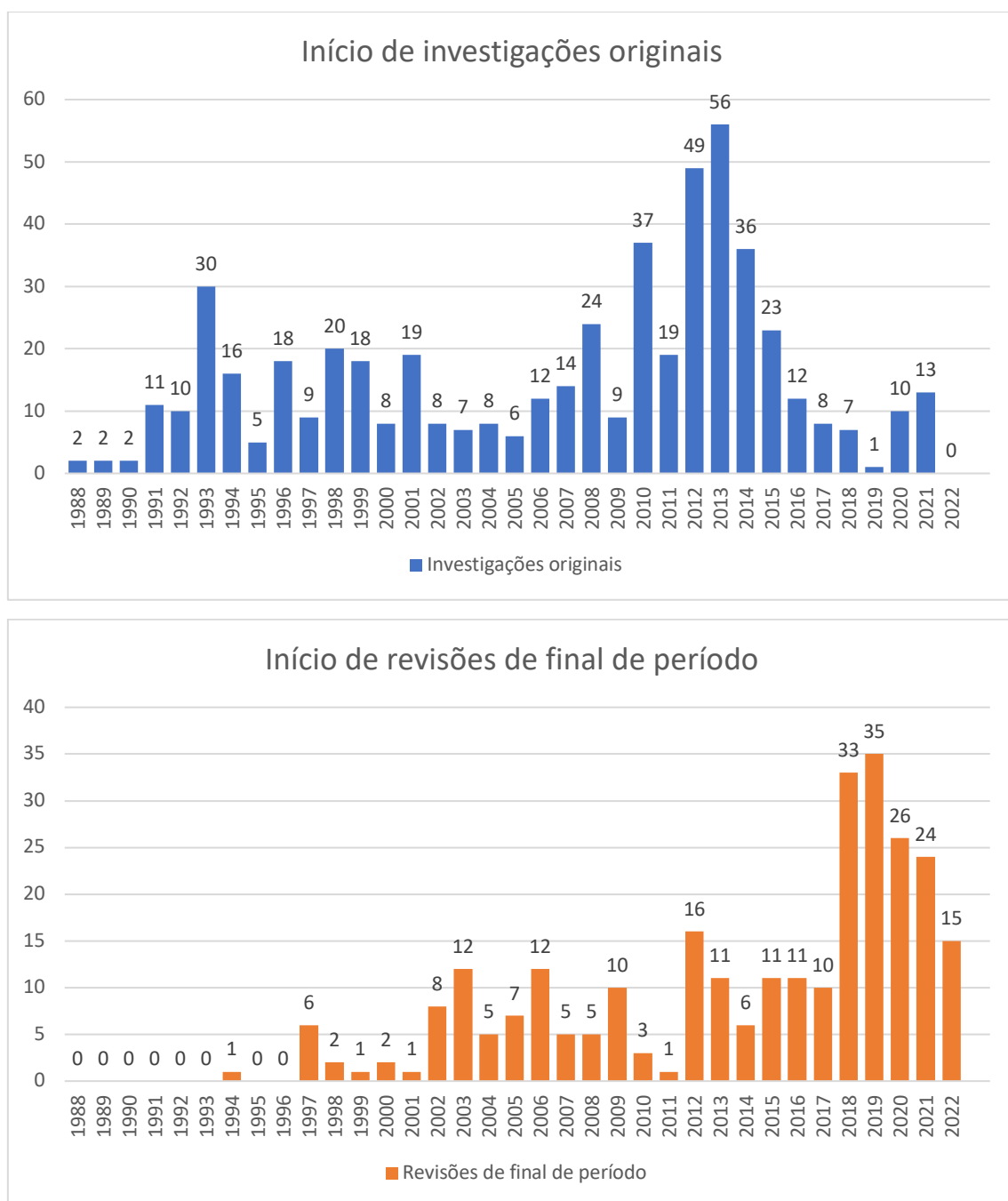
D Dumping  
S Subsídios  
SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem tanto as investigações originais, quanto as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor

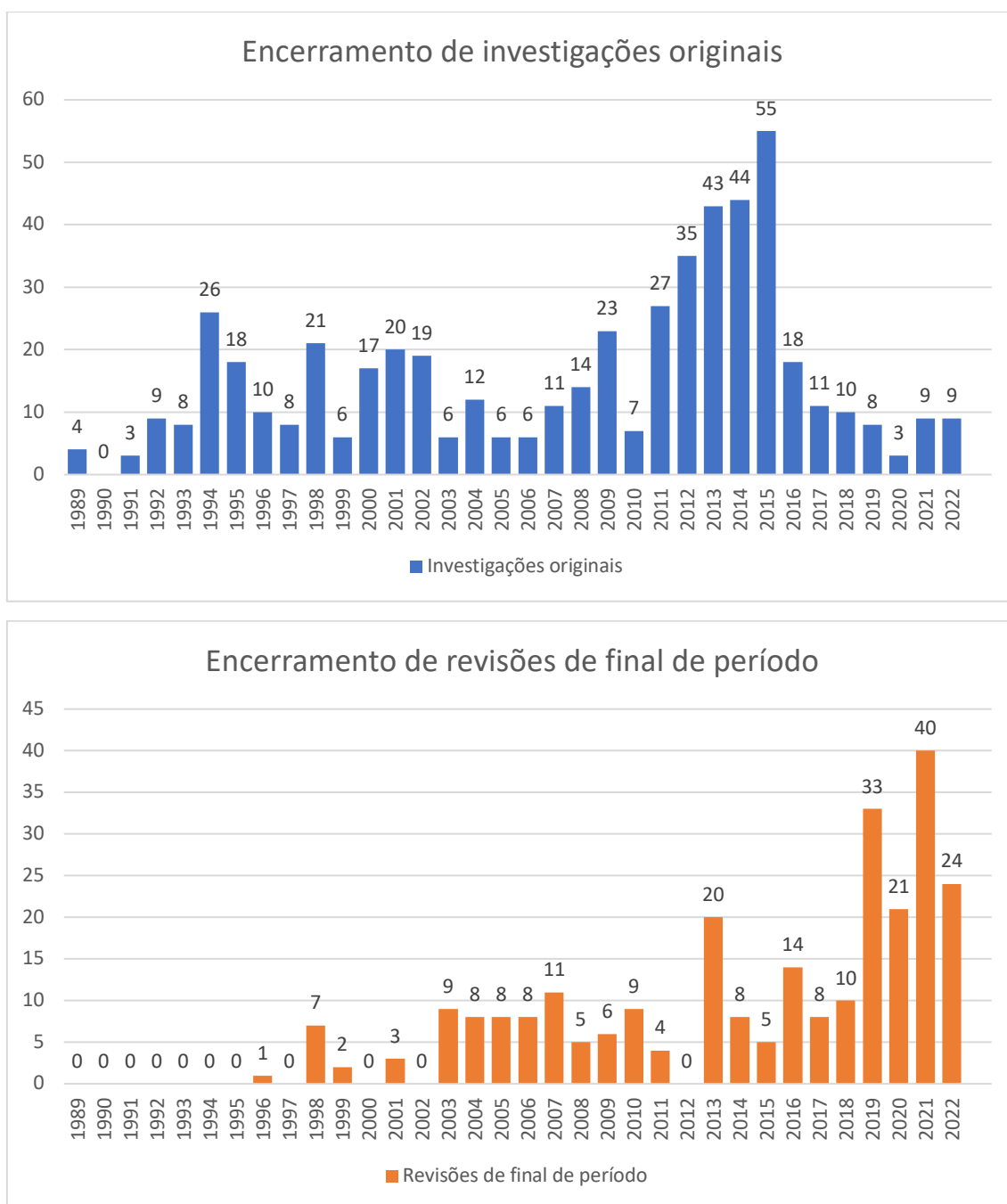
Nota explicativa 2: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a revisão correspondente foi iniciada.



**Figura 8 - Início de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2022)**



**Figura 9 - Encerramento de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2022)**



**Tabela 5 - Medidas definitivas (dumping, subsídios e salvaguardas) aplicadas (1988-2022)**

Ano	Dumping			Subsídios	Salvaguardas	Total
	Direitos aplicados	Compromisso de preços	Direito e compromisso			
1988	0	0	0	0	0	0
1989	4	0	0	0	0	4
1990	0	0	0	0	0	0
1991	0	2	0	1	0	3
1992	7	0	0	1	0	8
1993	5	0	0	0	0	5
1994	3	0	0	0	0	3
1995	3	0	0	6	0	9
1996	6	0	0	0	0	6
1997	2	0	0	0	1	3
1998	19	0	0	0	0	19
1999	5	0	0	0	1	6
2000	9	0	0	0	0	9
2001	10	4	2	0	0	16
2002	5	0	0	0	1	6
2003	9	0	0	0	1	10
2004	12	0	0	1	0	13
2005	9	2	0	0	0	11
2006	7	0	0	0	1	8
2007	19	1	0	0	0	20
2008	13	0	2	1	0	16
2009	19	0	0	0	0	19
2010	11	0	0	0	1	12
2011	13	0	3	0	0	16
2012	13	0	1	0	0	14
2013	42	1	0	0	0	43
2014	36	0	3	0	0	39
2015	35	0	0	0	0	35
2016	27	0	0	1	0	28
2017	12	0	5	0	0	17
2018	17	0	0	1	0	18
2019	32	0	0	1	0	33
2020	18	0	0	0	0	18
2021	38	0	0	1	0	39
2022	21	0	0	2	0	23
Total	481	10	16	16	6	529

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

**Tabela 6 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por país (1988-2022)**

Origem	Dumping		Salvaguarda	Subsídios	Total Geral
	Original	Revisão final de período			
África do Sul	8	7	0	0	15
Alemanha	13	7	0	0	20
Arábia Saudita	1	0	0	0	1
Argentina	6	3	0	0	9
Áustria	2	0	0	0	2
Bangladesh	2	5	0	0	7
Bareine	1	0	0	0	1
Bélgica	2	1	0	0	3
Bósnia	1	0	0	0	1
Canadá	3	1	0	0	4
Casaquistão	2	1	0	0	3
Chile	3	4	0	0	7
China	77	79	0	2	158
Cingapura	1	0	0	0	1
Colômbia	1	0	0	0	1
Coreia do Sul	13	6	0	0	19
Costa do Marfim	0	0	0	1	1
Croácia	1	0	0	0	1
Dinamarca	1	0	0	0	1
Egito	2	2	0	0	4
Emirados Árabes Unidos	4	3	0	0	7
Eslovênia	1	0	0	0	1
Espanha	2	2	0	0	4
EUA	28	21	0	0	49
Filipinas	0	0	0	1	1
Finlândia	4	2	0	0	6
França	8	3	0	0	11
Grécia	1	0	0	0	1
Holanda	1	0	0	0	1
Hong Kong	1	0	0	0	1
Hungria	1	0	0	0	1
Índia	15	10	0	5	30
Indonésia	4	1	0	2	7
Israel	2	0	0	0	2
Itália	4	2	0	0	6
Iugoslávia	1	0	0	0	1
Japão	2	2	0	0	4
Macedônia	1	0	0	0	1
Malásia	2	0	0	2	4

Origem	Dumping		Salvaguarda	Subsídios	Total Geral
	Original	Revisão final de período			
México	10	10	0	0	20
Nova Zelândia	1	2	0	0	3
Países Baixos	1	0	0	0	1
Peru	1	0	0	0	1
Reino Unido	3	4	0	0	7
Romênia	2	4	0	0	6
Rússia	9	6	0	0	15
Sri Lanka	0	0	0	2	2
Suécia	2	1	0	0	3
Tailândia	11	4	0	0	15
Taipe Chinês	12	6	0	0	18
Tchecoslováquia	1	0	0	0	1
Todos	0	0	6	0	6
Turquia	1	1	0	0	2
Ucrânia	5	3	0	0	8
União Europeia	5	6	0	1	12
URSS	1	0	0	0	1
Uruguai	2	1	0	0	3
Venezuela	1	1	0	0	2
Vietnã	4	2	0	0	6
Total Geral	294	213	6	16	529

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

**Tabela 7 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios), por origem, em vigor em 31/12/2022**

Origem	Dumping		Subsídios	Total Geral
	Original	Revisão final de período		
África do Sul	0	4	0	4
Alemanha	2	5	0	7
Bangladesh	0	1	0	1
Bareine	1	0	0	1
Bélgica	1	1	0	2
Canadá	0	1	0	1
Chile	0	1	0	1
China	7	38	2	47
Colômbia	1	0	0	1
Coreia do Sul	1	5	0	6
Egito	0	2	0	2
Emirados Árabes Unidos	0	3	0	3
EUA	1	11	0	12
Finlândia	0	1	0	1
França	3	1	0	4
Holanda	1	0	0	1
Índia	2	4	2	8
Indonésia	0	0	1	1
Israel	1	0	0	1
Itália	0	2	0	2
Japão	0	1	0	1
Malásia	1	0	0	1
México	2	5	0	7
Peru	1	0	0	1
Reino Unido	0	2	0	2
Romênia	0	1	0	1
Rússia	1	3	0	4
Suécia	0	1	0	1
Tailândia	2	3	0	5
Taipe Chinês	0	6	0	6
Turquia	0	1	0	1
Ucrânia	0	2	0	2
União Europeia	0	1	0	1
Vietnã	1	2	0	3
<b>Total Geral</b>	<b>29</b>	<b>108</b>	<b>5</b>	<b>142</b>

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

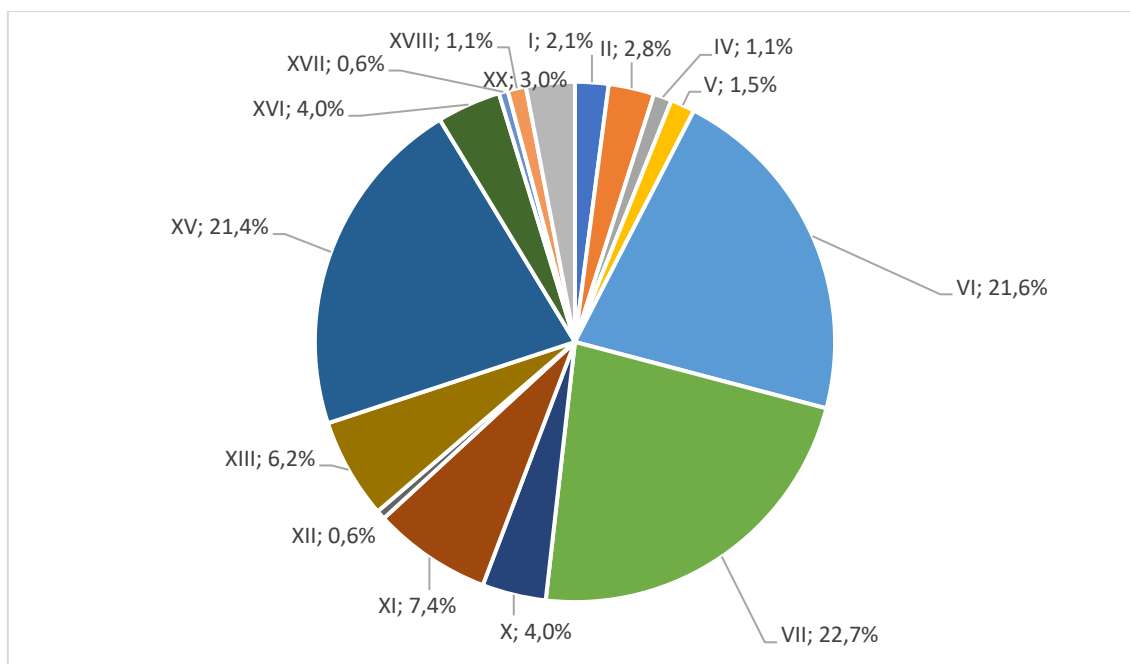
**Tabela 8 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por segmento econômico (1988-2022)**

Nº	Segmento	Investigações Iniciadas	Participação no Total de Investigações	Medidas e Compromissos de Preços em Vigor	Participação no Total de Medidas em Vigor
I	Animais vivos e produtos do reino animal	14	1,7%	11	2,1%
II	Produtos do reino vegetal	22	2,7%	15	2,8%
III	Gorduras e óleos animais ou vegetais	0	0,0%	0	0,0%
IV	Produtos alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e tabaco	14	1,7%	6	1,1%
V	Produtos minerais	12	1,5%	8	1,5%
VI	Produtos químicos	164	20,3%	114	21,6%
VII	Plásticos e borrachas	209	25,9%	120	22,7%
VIII	Peles, couros e artigos de viagem	0	0,0%	0	0,0%
IX	Madeira, carvão vegetal e cortiça	1	0,1%	0	0,0%
X	Polpa de madeira, papel ou cartão	26	3,2%	21	4,0%
XI	Têxteis	57	7,1%	39	7,4%
XII	Calçados, guarda-chuvas, flores artificiais	3	0,4%	3	0,6%
XIII	Pedra, cimento, cerâmica, vidros	45	5,6%	33	6,2%
XIV	Pérolas e metais preciosos	0	0,0%	0	0,0%
XV	Metais comuns	176	21,8%	113	21,4%
XVI	Máquinas e aparelhos	27	3,3%	21	4,0%
XVII	Material de transporte	4	0,5%	3	0,6%
XVIII	Instrumentos óticos, relógios e instrumentos musicais	9	1,1%	6	1,1%





**Figura 11 - Medidas aplicadas contra práticas desleais e salvaguardas por segmento econômico(1988 – 2021)**



**Tabela 9 - Compromissos de preços homologados em vigor em 31/12/2022**

Nº	Produto	País	Situação em 31/12/2020
1	Ácido cítrico (dumping)	China	Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 82, de 17/10/2017 (publicada no D.O.U. de 18/10/2017)
2	Batatas congeladas (dumping)	França	Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 6, de 16/02/2017 (publicada no D.O.U. de 17/02/2017)
3		Países Baixos	Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 6, de 16/02/2017 (publicada no D.O.U. de 17/02/2017)

**Tabela 10 - Extensões de medidas antidumping resultado de revisões anticircunvenção em vigor em 31/12/2022**

Nº	Produto	País	Situação em 31/12/2022
1	Laminados planos (chapas grossas) (com Boro)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014.
2	Laminados planos (chapas grossas) (com Boro)	Ucrânia - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014.
3	Laminados planos (chapas grossas) (pintadas)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014.
4	Laminados planos (chapas grossas) (com Cromo)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 82 - DOU de 31/08/2015.
5	Laminados planos (chapas grossas) (em bobinas)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 2 - DOU de 27/01/2016.
6	Laminaos planos (chapas grossas) (com titânio)	China – Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Resolução Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 8 - DOU de 17/02/2017.

**Tabela 11 - Verificações "in loco" na indústria nacional em 2022**

Nº	Produto Investigado	Empresa Verificada	Local	Data
1	Acrilato de butila	BASF S.A.	São Paulo, SP	13/3 a 18/3
2	Barras chatas	Gerdau S.A.	São Paulo, SP	28/3 a 1/4
3	Barras chatas	Arcelor Mittal S.A.	Belo Horizonte, MG	6/6 a 10/6
4	Batatas congeladas	Bem Brasil S.A.	Araxá, MG	20/6 a 24/6
5	Cápsulas duras de gelatina	Gênix Indústria Farmacêutica Ltda.	Anápolis, GO	7/3 a 11/3
6	Cápsulas duras de gelatina	apsugel Brasil Importação e Distribuição de Insumos Farmacêuticos e Alimentos Ltda.	Rio de Janeiro, RJ	22/8 a 24/8
7	Cordoalhas de aço	Belgo Bekaert Arames Ltda.	Belo Horizonte, MG	7/11 a 11/11
8	Ésteres ascéticos	Rhodia Brasil S.A.	São Paulo, SP	7/11 a 11/11
9	Fios de aço	Belgo Bekaert Arames Ltda.	Belo Horizonte, MG	7/11 a 11/11
10	Fios de poliéster	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe	Ipojuca, PE	17/1 a 21/1
11	Laminados de alumínio	Novelis	Pindamonhangaba, SP	18/5 a 20/5
12	Laminados de alumínio	Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	Alumínio, SP	9/5 a 11/5
13	Laminados de alumínio	Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	Itapissuma, PE	27/4 a 29/4
14	Magnésio em pó	Rima Industrial S.A.	Belo Horizonte, MG	7/2 a 11/2
15	N-butanol	Elekeiroz S.A.	Várzea Paulista, SP	23/5 a 27/5
16	N-butanol	Elekeiroz S.A.	Várzea Paulista, SP	28/11 a 2/12
17	Objetos de vidro para mesa	Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	Suzano, SP	14/3 a 18/3

Nº	Produto Investigado	Empresa Verificada	Local	Data
18	Pneus agrícolas	Prometeon Tyre Group Indústria Brasil Ltda.	Santo André, SP	18/7 a 22/7
19	Pneus agrícolas	Bridgestone do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	São Paulo, SP	8/8 a 12/8
20	Pneus agrícolas	Titan Pneus do Brasil Ltda.	São Paulo, SP	15/8 a 19/8
21	PVC-S	Braskem S.A.	Salvador, BA	25/4 a 29/4
22	PVC-S	Unipar S.A.	São Paulo, SP	8/4 a 14/4
23	Resina PET	Indorama Ventures Polímeros S.A	Ipojuca, PE	28/3 a 1/4
24	Resina PET	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	Ipojuca, PE	4/4 a 8/4
25	Resina PP	Braskem S.A.	Salvador, BA	23/5 a 27/5
26	Sacos de juta	Companhia Têxtil de Castanhal - CTC	Castanhal, PA	14/2 a 18/2
27	Soda cáustica	Braskem S.A.	Salvador, BA	28/3 a 1/4
28	Vidros automotivos	Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda.	Mauá, SP	25/7 a 29/7
29	Vidros automotivos	Pilkington Brasil Ltda.	Caçapava, SP	27/6 a 1/7

**Tabela 12 - Verificações "in loco" no exterior em 2022**

Nº	Produto Investigado	Empresa Verificada	Local	País	Data
1	Ácido cítrico	COFCO Biochemical (Thailand) Co., Ltd	Rayong	Tailândia	14/2 a 18/2
2	Ácido cítrico	Sunshine Biotech International CO., LTD.	Rayong	Tailândia	21/2 a 25/2
3	Ácido cítrico	Sucroal S.A.	Palmira	Colômbia	14/3 a 18/3
4	Batatas congeladas	N.V. Mydibel S.A.	Mouscron	Bélgica	4/7 a 8/7
5	Batatas congeladas	Ecofrost S.A.	Péruwelz	Bélgica	11/7 a 15/7
6	Batatas congeladas	Clarebout Potatoes	Nieuwkerke	Bélgica	11/7 a 15/7

Nº	Produto Investigado	Empresa Verificada	Local	País	Data
7	Batatas congeladas	Farm Frites International	Oudendoorn	Países Baixos	18/7 a 22/7
8	Batatas congeladas	Wernsing Feinkost GmbH	Essen (Oldenburg)	Alemanha	12/9 a 16/9
9	Batatas congeladas	Agristo B.V.	Wielsbeke	Bélgica	12/9 a 16/9
10	Batatas congeladas	Agristo N.V.	Wielsbeke	Bélgica	19/9 a 23/9
11	Cápsulas duras de gelatina	Capsugel Manufacturing, LLC e Capsugel, Inc.	Morristown	EUA	20/6 a 24/6
12	Cápsulas duras de gelatina	Capsugel de México, S. de R.L de C.V.	Puebla	México	27/6 a 1/7
13	Fios de poliéster	Reliance Industries Limited	Mumbai	Índia	7/2 a 21/2
14	Fios de poliéster	Wellknown Polyesters Ltd	Mumbai	Índia	7/2 a 21/2
15	Fios de poliéster	Bhilosa Industries Pvt. Ltd	Mumbai	Índia	7/2 a 21/2
16	Laminados a frio de Aço Inoxidável 304	Governo da Indonésia	Jakarta	Indonésia	23/5 a 27/5
17	Soda cáustica	Occidental Chemical Corporation	Dallas	EUA	14/2 a 18/2
18	Soda cáustica	Westlake Chemical Corporation	Houston	EUA	7/3 a 11/3
19	Soda cáustica	Olin Corporation e Blue Cube Holding LLC	Houston	EUA	14/3 a 18/3

# Capítulo IV – Apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial em outras jurisdições

O DECOM fornece apoio aos exportadores brasileiros potencialmente envolvidos em investigações de dumping, de subsídios e de salvaguardas realizadas por autoridades estrangeiras e também àqueles que já se encontram sujeitos a medidas de defesa comercial decorrentes dessas investigações.

Em linhas gerais, a participação do DECOM compreende:

- Notificações aos produtores/ exportadores brasileiros acerca das fases do processo e informações relevantes recebidas da autoridade investigadora estrangeira, bem como a prestação de esclarecimentos acerca das regras multilaterais aplicáveis à investigação;
- Análise das determinações alcançadas pelas autoridades estrangeiras, a qual envolve tanto a verificação do cumprimento dos procedimentos previstos nos Acordos pertinentes da OMC, como o mérito da decisão;
- Elaboração de minutas de manifestações do Governo Brasileiro enquanto parte interessada, nos casos cabíveis;
- No caso de investigações sobre subsídios: preparação das consultas e das respostas dos questionários enviados ao governo brasileiro, em conjunto com outros órgãos;
- No caso de salvaguardas: avaliação dos impactos da medida sobre as exportações brasileiras, preparação de pedidos de exclusão do Brasil ao amparo do Acordo de Salvaguardas da OMC, participação em consultas junto aos governos dos países aplicadores.

A fim de proporcionar a assistência necessária aos produtores/exportadores brasileiros, o Departamento, quando solicitado, participa de reuniões com os setores envolvidos, esclarecendo sobre a legislação e a prática das autoridades investigadoras estrangeiras. Mediante demanda, o DECOM também presta apoio às empresas envolvidas nas investigações durante as verificações *in loco* realizadas pelas autoridades estrangeiras nas instalações das empresas.

Em 2022, considerando o universo de medidas em vigor, medidas sob revisão e novas investigações iniciadas no ano, o DECOM monitorou, acompanhou e interveio, quando necessário, em 44 procedimentos e medidas de defesa comercial que afetaram os interesses dos exportadores

brasileiros. Esses procedimentos estiveram relacionados a 21 medidas/investigações/revisões antidumping, 4 medidas/investigações/revisões referentes a subsídios e medidas compensatórias e 19 medidas/investigações/revisões de salvaguardas que afetaram as exportações brasileiras. Detalhamento sobre os produtos e países referentes a tais medidas e procedimentos encontram-se no Quadro III.1.

No que se refere ao estoque total de medidas de defesa comercial e outras medidas em vigor que atingem o Brasil, foram levantadas pelo DECOM a existência de 74 medidas em 31 de dezembro de 2022, distribuídas entre 44 medidas antidumping, 4 medidas compensatórias (subsídios), 23 medidas de salvaguardas de interesse e 3 outras medidas. A indicação dos países aplicadores e produtos atingidos encontra-se no Quadro III.2.

Cabe destacar que, em 2022, foram encerradas três revisões de final de período de medidas aplicadas pelos EUA sem a renovação para as exportações brasileiras, sendo tanto medidas antidumping quanto medidas compensatórias, tendo havido em todas atuação ativa do DECOM.. Também Os principais resultados recentes alcançados na atuação do DECOM em apoio ao exportador brasileiro sujeito a investigações de defesa comercial no exterior são informados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/apoio-ao-exportador-brasileiro-investigado-por-defesa-comercial-em-outras-jurisdicoes/resultados-apoio-ao-exportador>

Considerando os acompanhamentos e atividades já elencados e as oportunidades para discussão de casos concretos com governos estrangeiros propiciadas pelos encontros multilaterais, regionais e bilaterais citados no capítulo anterior, podem-se destacar os seguintes resultados positivos nas atividades de apoio ao exportador, ao longo de 2022, realizadas pelo DECOM:

- Encerramento das revisões de final de período de medidas antidumping aplicada a (i) laminados a frio, (ii) laminados a quente e (iii) chapas grossas, sem a renovação das medidas aplicadas ao produto brasileiro. Ressalte-se que o Brasil foi a única origem a ser excluída das medidas em todos os supramencionados casos;
- Suspensão, até agosto de 2023, da aplicação de direitos antidumping contra exportadores brasileiros de carne de frango congelada;
- Celebração de entendimento sobre compensações decorrentes da aplicação de salvaguardas pela Costa Rica às importações de açúcar branco brasileiro;
- Realização de consultas com o Reino Unido e com a Comissão Europeia sobre compensações em relação à respectivas salvaguardas sobre produtos de aço;
- Exclusão do Brasil da aplicação da medida de salvaguarda sobre chapas de aço e sobre produtos de aço laminados a frio em vigor no Reino Unido até 2024; e
- Participação nas reuniões da 91 e 92ª Sessão do Comitê do Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A situação atualizada e o detalhamento das medidas antidumping e compensatórias aplicadas contra as exportações brasileiras, bem como as investigações de autoridades estrangeiras em curso, podem ser verificadas pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/apoio-ao-exportador-brasileiro-investigado-por-defesa-comercial-em-outras-jurisdicoes/apoio-expo>

**Tabela 13 - Casos em curso contra exportações brasileiras com atuação do DECOM em 2022**

<b>DUMPING</b>	
<b>África do Sul</b>	Cortes de frango congelados (original)
<b>Total África do Sul = 1</b>	
<b>Argentina</b>	Artigos sanitários de cerâmica (revisão de final de período) (2022)
	Acessórios para tubos de ferro fundido maleável (revisão de final de período) (2022)
	Aparelhos de funções múltiplas (original) (2022)
	Fungicidas a base hidróxido de cobre (original) (2022)
	Multiprocessadores (revisão de final de período) (2022)
	Unidades compressoras de parafuso para gases (revisão de final de período) (2022)
<b>Total Argentina = 6</b>	
<b>Austrália</b>	Papel A4 (revisão de final de período) (2022)
<b>Total Austrália = 1</b>	
<b>Canadá</b>	Chapas de ligas de aço e carbono laminadas a quente (Certain hot rolled steel sheet) (revisão de final de período) (2022)
<b>Total Canadá = 1</b>	
<b>Estados Unidos da América</b>	Acessórios para tubos de solda de extremidade, de aço/Conexões para tubos de solda de extremidade de ferro fundido (Carbon steel butt-weld pipe fittings) (revisão) 2022
	Chapas grossas/Laminados de aço-carbono e aço-liga (Certain carbon and alloy steel cut-to-length plate )(revisão) 2022
	Laminados a frio (Certain Cold-Rolled Steel Flat Products) (revisão) 2022
	Laminados a quente (Certain Hot-Rolled Steel Flat Products) (revisão) 2022
	Mel natural (Raw Honey) (original) 2022
	Papel não revestido (Uncoated Paper) (revisão) 2022
	Pecas fundidas para construção (Iron Construction Castings) (revisão) 2022
	Suco de limão (Lemon Juice) (original) 2022
<b>Total Estados Unidos da América = 8</b>	
<b>México</b>	Papel bond cortado (Papel bond cortado)
<b>Total México = 1</b>	
<b>Reino Unido</b>	Laminados a quente (Certain hot-rolled flat products of iron, non-alloy or other alloy steel – “Transition review”) (revisão) 2022
<b>Total Reino Unido = 1</b>	
<b>União Europeia</b>	Chapas de aço revestidas de cromo (Electrolytic Chromium Coated Steel) (original) 2022
	Laminados a quente (Hot-Rolled Flat Products Of Iron, Non-Alloy Or Other Alloy Steel) (revisão de final de período) 2022
<b>Total União Europeia = 2</b>	
<b>TOTAL DE INVESTIGAÇÕES ANTIDUMPING EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 21</b>	
<b>SUBSÍDIOS</b>	



<b>Estados Unidos da América</b>	Laminados a frio (Certain Cold-Rolled Steel Flat Products) (revisão) 2022
	Laminados a quente (Certain Hot-Rolled Steel Flat Products) (revisão) 2022
	Peças fundidas para construção (Iron Construction Castings) (revisão) 2022
	Chapas grossas/Laminados de aço-carbono e aço-liga (Certain carbon and alloy steel cut-to-length plate )(revisão) 2022
<b>Total Estados Unidos da América = 4</b>	
<b>TOTAL DE INVESTIGAÇÕES ANTISSUBSÍDIOS EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 4</b>	
<b><u>SALVAGUARDAS DE INTERESSE</u></b>	
<b>Arábia Saudita</b>	Prepared additives for cements
<b>Total Árabia Saudita = 1</b>	
<b>Costa Rica</b>	Açúcar cristal branco
<b>Total Costa Rica = 1</b>	
<b>Emirados Árabes Unidos</b>	Prepared additives
<b>Total Emirados Árabes Unidos = 1</b>	
<b>Filipinas</b>	Certos produtos de polietileno (High-Density Polyethylene and Linear Low-Density Polyethylene pellets and granules)
<b>Total Filipinas = 1</b>	
<b>Índia</b>	Isopropyl alcohol
<b>Total Índia = 1</b>	
<b>Indonésia</b>	Fabrics
<b>Total Indonésia = 1</b>	
<b>Marrocos</b>	Coated wood board
	Colunas de iluminação
	Wire rods and reinforcing bars
<b>Total Marrocos = 3</b>	
<b>Peru</b>	Tecidos/ confecções
<b>Total Peru = 1</b>	
<b>Reino Unido</b>	Produtos de aço
<b>Total Reino Unido = 1</b>	
<b>Tunísia</b>	Mini-ônibus (= ou - a 10 PAX); minivans
<b>Total Tunísia = 1</b>	
<b>Turquia</b>	Corpos moedores
	Fios de nylon ou outras poliamidas
<b>Total Turquia = 2</b>	
<b>Ucrânia</b>	Certos tipos de queijo (Certain types of cheese)
	Hipocloreto de sódio (Sodium hypochlorite)
	Perfis de PVC (PVC profiles)
	Soda cáustica (Caustic soda)
<b>Total Ucrânia = 4</b>	
<b>União Europeia</b>	Produtos de aço

<b>Total União Europeia = 1</b>
<b>TOTAL DE INVESTIGAÇÕES SALVAGUARDAS DE INTERESSE EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 19</b>
<b>TOTAL GERAL DE INVESTIGAÇÕES EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 44</b>

**Tabela 14 - Estoque de medidas de defesa comercial e outros procedimentos incidentes sobre exportações brasileiras**

<b>ANTIDUMPING</b>	
<b>África do Sul</b>	Fritas de vidro (Glass frit)
	Cortes de frango congelados (Certain types of bone-in portions)
<b>Total África do Sul = 2</b>	
<b><u>Argentina</u></b>	Acessórios para tubos de ferro fundido maleável (Accesorios de tuberías)
	Artigos sanitários de cerâmica (Sanitarios)
	Dissoluções parenterais (Disoluciones parenterales)
	Facas, garfos e colheres de aço inoxidável com cabo de madeira ou plástico (Cubiertos de acero inoxidable con mango de plástico o madera)
	Isoladores de porcelana (Aisladores de porcelana)
	Multiprocessadores (Procesadoras o multiprocesadoras)
	Óxido de zinco (Óxido de cinc)
	Porcelanatos (Placas y baldosas)
	Resina de poliéster (Resinas poliéster)
	Transformadores trifásicos (Transformadores de dieléctrico líquido)
	Tubos de Alumínio (Tubos de aluminio)
	Unidades compressoras para gases (Unidades compresoras a tornillos para gases)
<b>Total Argentina = 12</b>	
<b>Austrália</b>	Papel A4 (A4 copy paper)
<b>Total Austrália = 1</b>	
<b>Canadá</b>	Chapas grossas de aço carbono (Certain Steel Plate)
	Hastes de bombeio/bombeamento (Sucker Rods)
	Laminados a quente (Certain Hot Rolled Steel Sheets)
	Tubos circulares de cobre com diâmetro externo de 0,2 a 4,25 polegadas (Certain Copper Tube)

<b>Total Canadá = 4</b>	
<b>China</b>	Frangos (Broiler products or chicken products)
<b>Total China = 1</b>	
<b>Costa Rica</b>	Açúcar cristal branco
<b>Total Costa Rica = 1</b>	
<b>Estados Unidos da América</b>	Acessórios para tubos de solda de extremidade, de aço/Conexões para tubos de solda de extremidade de ferro fundido (Carbon steel butt-weld pipe fittings)
	Borracha ESBR (Emulsion styrene-butadiene rubber)
	Certos cabos de aço para concreto armado (Prestressed concrete steel wire strand)
	Chapas de alumínio (Common alloy aluminum sheet)
	Fio máquina carbono e de certas ligas de aço (Carbon and certain alloy steel wire rod)
	Folhas de alumínio (Certain Aluminum Foil)
	Laminados a frio (Certain Cold-Rolled Steel Flat Products)
	Laminados a quente (Certain Hot-Rolled Steel Flat Products)
	Laminados de aço-carbono e aço-liga (Certain carbon and alloy steel cut-to-length plate)
	Mel natural (Raw Honey)
	Papel não revestido (Certain uncoated paper)
	Peças fundidas para construção (Iron Construction Castings)
	Tubos ou conexões sem liga, de solda circular (Circular-welded non-alloy pipes and tubes)
<b>Total Estados Unidos da América = 13</b>	
<b>Índia</b>	Nitrocelulose (Non-plasticized industrial grade nitro cellulose)
<b>Total Índia = 1</b>	
<b>México</b>	Papel bond cortado (Papel bond cortado)
	Varas onduladas (Varilla Corrugada)
<b>Total México = 2</b>	
<b>Paquistão</b>	Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita ou impressão (Certain uncoated writing and printing paper)
<b>Total Paquistão = 1</b>	
<b>Tailândia</b>	Laminados planos a quente (Flat hot rolled steel in coils and not in coils)
<b>Total Tailândia = 1</b>	

<b>Taiapé Chinês</b>	Laminados a quente (Carbon Steel Plate)
<b>Total Taiapé Chinês = 1</b>	
<b>Turquia</b>	Acessórios de tubos de ferro (Steel and Iron Pipe Fittings)
	Papel (Umbled Craft Line Papers)
<b>Total Turquia = 2</b>	
<b>União Europeia</b>	Chapas de aço revestidas de cromo (Electrolytic Chromium Coated Steel)
	Laminados a quente (Hot-Rolled Flat Products Of Iron, Non-Alloy Or Other Alloy Steel)
<b>Total União Europeia = 2</b>	
<b>ESTOQUE TOTAL DE MEDIDAS ANTIDUMPING EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 44</b>	
<b>MEDIDAS COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)</b>	
<b>Estados Unidos da América</b>	Fio máquina carbono e de certas ligas de aço (Carbon and certain alloy steel wire rod)
	Laminados a frio (Certain cold-rolled steel flat products)
	Laminados a quente (Certain hot-rolled steel flat products)
	Pecas fundidas para construção (Iron construction castings)
<b>Total Estados Unidos da América = 4</b>	
<b>ESTOQUE TOTAL DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 4</b>	
<b>SALVAGUARDAS DE INTERESSE</b>	
<b>Canadá</b>	Laminados a quente
	Produtos de aço (Certain steel goods)
<b>Total Canadá = 2</b>	
<b>Costa Rica</b>	Açúcar cristal branco
<b>Total Costa Rica = 1</b>	
<b>Egito</b>	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado
<b>Total Egito = 1</b>	
<b>Estados Unidos da América</b>	Células fotovoltaicas de silício cristalino
	Máquinas de lavar
<b>Total Estados Unidos da América = 2</b>	
<b>Índia</b>	Fibra óptica
	Paineis solares
<b>Total Índia = 2</b>	
<b>Indonésia</b>	Folhas de alumínio (aluminum foil)
	Ladrilhos
<b>Total Indonésia = 2</b>	
<b>Malásia</b>	Fio-máquina

<b>Total Malásia = 1</b>	
<b>Marrocos</b>	Chapas laminadas a quente
	Tubos e canos soldados de ferro ou aço
<b>Total Marrocos = 2</b>	
<b>México</b>	Papel bond
<b>Total México = 1</b>	
<b>Tailândia</b>	Laminados a quente com liga
<b>Total Tailândia = 1</b>	
<b>Turquia</b>	Escovas de dente
	Fios de nylon ou outras poliamidas
	PET
<b>Total Turquia = 3</b>	
<b>Ucrânia</b>	Ácido sulfúrico
	Ladrilhos cerâmicos
	Soda cáustica
<b>Total Ucrânia = 3</b>	
<b>União Econômica Eurasiática</b>	Laminados de aço
<b>Total União Econômica Eurasiática = 1</b>	
<b>União Europeia</b>	Produtos de aço
<b>Total União Europeia = 1</b>	
<b>TOTAL DE SALVAGUARDAS DE INTERESSE EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 23</b>	
<b>OUTRAS MEDIDAS</b>	
<b>Estados Unidos da América</b>	Aço (Seção 232)
	Alumínio e produtos de alumínio (Seção 232)
	Papel não revestido - bobinas (Circunvenção)
<b>Total Estados Unidos da América = 3</b>	
<b>TOTAL OUTRAS MEDIDAS EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 3</b>	
<b>TOTAL GERAL DE MEDIDAS EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 74</b>	

# Capítulo V – Outros projetos concluídos

## Consolidação normativa

---

Em 2022 entrou em vigor o Decreto nº 10.839, de 18 de outubro de 2021, que regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias, reformulando e modernizando o antigo decreto até então vigente. O decreto foi amplamente debatido com o setor produtivo em sua fase de elaboração e é peça central nos esforços para neutralizar o dano causado à indústria nacional por práticas desleais de comércio derivadas de subsídios concedidos por outros países aos seus produtores e exportadores locais.

Também em 2022 foi publicada a Portaria SECEX nº 172/2022, que dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto nº 10.839, de 18 de outubro de 2021, no Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017, no Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e na Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e detalha metodologias para o cálculo do montante de subsídios.

A nova Portaria SECEX nº 172/2022 é fruto de extensa pesquisa, de benchmarking internacional e de discussões internas, tendo sido objeto de duas consultas públicas por meio das quais foram recebidas mais de 550 contribuições da sociedade. A nova Portaria SECEX nº 172/2022 apresenta, de forma completa e didática, todos os conceitos relevantes e as metodologias necessárias para a apuração de montantes de subsídios e de definição do direito compensatório para neutralizar os efeitos dos subsídios acionáveis. Diversos conceitos, a exemplo da definição de órgão público ou das formas de instrução e confiança de ações pelos governos a entidades privadas, foram detalhados com base na jurisprudência da OMC, trazendo assim clareza e previsibilidade sobre o tratamento no âmbito das investigações conduzidas no Brasil.

Destaque-se que a Portaria SECEX nº 172/2022 recebeu o selo padrão ouro no Programa Selo de Qualidade Regulatória, iniciativa do Ministério da Economia que tem como objetivo proporcionar reconhecimento e visibilidade aos reguladores federais pelo desempenho na adoção de melhores práticas internacionais e contribuir para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ainda, em 2022, a SDCOM empreendeu um esforço de consolidação normativa realizada no contexto do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que previu a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto, com objetivo de simplificar normas e fortalecer a segurança jurídica, com potenciais efeitos positivos para a redução do custo Brasil. Dessa forma, a SDCOM consolidou em apenas 5 Portarias todo o arcabouço normativo infralegal brasileiro da área de defesa comercial e interesse público, revogando outros 20 normativos até então existentes:

- Portaria SECEX nº 162, de 06 de janeiro de 2022, que dispõe sobre normas gerais utilizadas nos processos de defesa comercial;

- Portaria SECEX nº 169, de 25 de janeiro de 2022, que dispõe sobre as normas específicas dos procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda;
- Portaria SECEX nº 171, de 09 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre as normas específicas referentes a investigações antidumping;
- Portaria SECEX nº 172, de 14 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre as normas específicas referentes a investigações de subsídios e medidas compensatórias;
- Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, que dispõe sobre interesse público.

## Publicação do #SDCOMMecum

---

O “SDCOM Mecum”, visa a consolidar, como em um “Vade Mecum”, todas as normas jurídicas referentes a defesa comercial e interesse público no Brasil. Assim, o documento está organizado da seguinte maneira, consolidando 18 normativos que compõem a legislação brasileira sobre defesa comercial e interesse público:

- Parte A – Normas gerais sobre Defesa Comercial
- Parte B – Normas específicas sobre Antidumping
- Parte C – Normas específicas sobre Subsídios e Medidas Compensatórias
- Parte D – Normas específicas sobre Salvaguardas
- Parte E – Normas gerais sobre Interesse Público em Defesa Comercial

O acesso ao “SDCOM Mecum” está disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/legislacao-roteiros-e-questionarios>

# Capítulo VI – Participações em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais

A SDCOM, como órgão responsável pela operacionalização dos instrumentos de defesa comercial no Brasil, a participação da SDCOM é essencial nas negociações internacionais relativas ao tema, e sua participação não se restringe à elaboração de propostas e à análise dos posicionamentos e considerações apresentados por outros países, englobando a participação direta nas reuniões internacionais e contribuindo, assim, para a defesa dos interesses brasileiros na área.

No ano de 2022 a SDCOM participou dos seguintes eventos:

- Rodada de negociações MERCOSUL-Singapura, realizada entre 21 e 22 de fevereiro de 2022;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Singapura, realizada entre 8 e 9 de março de 2022;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Singapura, realizada entre 30 de maio e 3 de junho de 2022;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Singapura, realizada em 14 de dezembro de 2022;